

O “eixo estatal”, o poder e o “sujeito pós-leninista”. Algumas reflexões*

Miguel Mazzeo**

Resumo:

Partindo de um debate presente entre as esquerdas sobre a centralidade ou não do poder estatal no capitalismo contemporâneo, propõe-se algumas reflexões políticas e teóricas sobre o Estado e sua importância para os movimentos populares que lutam por transformação social.

Introdução

Devemos partir de uma realidade incontestável: a debilitação do Estado como síntese da sociedade levou nas últimas décadas à desagregação política, econômica, social e cultural, particularmente nas regiões periféricas. Pode-se renegar o Estado como máxima instância de articulação social em um contexto caracterizado pela pobre existência de sociedades fragmentadas, cindidas? Todo Estado está condenado a ser controlado pelo capital? Podem os setores populares prescindir de instâncias articuladoras ampliadas? E estas instâncias, no caso de serem aceitas, finalmente, não terminarão indefectivelmente exercendo formas de poder e controle “necessários” para a consolidação de uma ordem social, ainda mais igualitária que podemos conceber? Fortalecer o Estado-nação já não serve para frear o capital global? Estamos de acordo em renegar o estatismo, o dirigismo e o separatismo, mas... como nos colocamos frente ao Estado? A crítica ao dirigismo implica uma crítica à direção? Os “permanentes” são necessários e conduzem sempre à burocratização?

Não deixam de nos preocupar as coincidências que podemos encontrar quando comparamos os pontos de vista de alguns intelectuais que, da

* Tradução de Eliel Machado, doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP, professor da Universidade Estadual de Londrina – UEL – e membro do NEILS.

** Professor de História da Universidade de Buenos Aires e membro do Comitê Editorial da revista *Periferias*.

esquerda radical, investem contra o eixo estatal recorrendo aos argumentos mais característicos dos intelectuais orgânicos dos mercados e das corporações. Consideramos que entre os primeiros se encontram propostas teóricas muito lúcidas, que instigam um debate enriquecedor com vistas à práxis, embora também encontremos intelectuais típicos que sacrificam uma aventura por uma metáfora ou que vivem estados de espírito um tanto distanciados da realidade. Ou seja, que ao partirem de certa indiferença pelos fatos, da reivindicação do silêncio como única posição frente ao Estado, aos partidos e demais instituições e do gesto de opor supostas alternativas originais, parecem não ter em conta, por um lado, a inadequação de certas transposições e, por outro, as soluções potenciais que encerra toda realidade.

O fato de assumir que as possibilidades das estruturas antigas já não podem determinar novas práticas e mensagens não deve nos levar à recusa total das “velhas” tradições de luta, dos itinerários emancipatórios clássicos e de tudo o que não implica novidade à transformação. Considerando-se a originalidade e a criatividade, percebemos uma operação de substituição da “consciência crítica” (por natureza integrada à realidade) por uma “consciência ingênua” que ao se situar sobre a realidade procura apreendê-la arbitrariamente.

Em linhas gerais e seguindo Daniel Bensaïd (2001), poderíamos caracterizar as idéias com as quais debatemos a partir do ato de subordinar o imperialismo à mundialização, a luta de classes às identidades locais, o conflito à “diversidade ambivalente”, a política à ética e/ou estética, o comunismo ao despotismo burocrático, os processos aos acontecimentos (ou a uma sucessão de acontecimentos) e os objetivos ao movimento. Assim mesmo, questionamos a apologia da contingência, da inconstância e da intermitência e a reivindicação do acontecimento sem história que concebe a revolução como um “happening”.

Mais além de alguma referência pontual, não debatemos com autores, mas com as aplicações concretas de certas concepções no contexto do movimento popular na Argentina. Acreditamos que muitas destas concepções retomam os preconceitos antipolíticos de uma “ala” da tradição marxista, ou seja, os reforçam e abandonam – justo agora! – toda uma preocupação pela estratégia revolucionária. Em última instância, estas reflexões, um tanto desordenadas, podem ser consideradas como um convite ao debate, entre companheiros, sobre as conseqüências dos processos de despolitização do marxismo e sobre a necessidade de resgatar à política um destino fatal, como campo de luta coletiva.

O Estado, a sociedade e o poder

John Holloway¹ afirma que os Estados já não são centros de poder, que a subordinação do Estado ao capital fechou a passagem a qualquer alternativa de radicalismo estatal. Mas não explica o que fazer frente a esse Estado controlado por “outros” que o consideram um instrumento idóneo de um “anti-radicalismo estatal”. Tampouco nos explica como dissolver o poder sem deixar de exercê-lo (de alguma maneira) na tarefa de dissolução. Se o Estado é central para a perpetuação do capitalismo, para a reprodução de sua dominação, para a acumulação de capital e para o controle das classes subalternas, podemos derrotar a burguesia sem disputá-lo ou “anulá-lo” como dispositivo estratégico? Quanto se pode avançar na transformação radical da sociedade com um poder político hostil? E ainda supondo que se avance na transformação social contra o sistema nos interstícios do sistema (em última instância em seus marcos), não se apresentaria necessariamente, em algum momento, a questão do poder político?

Estamos de acordo que as novas relações sociais não podem começar com a “tomada do poder estatal” e, se não atribuimos ao Estado uma função cultural fundamental na transformação da sociedade, o Estado não faz o “homem novo”. Tampouco pensamos o Estado como conclusão inevitável no projeto de construção de uma sociedade futura. Entretanto, suponhamos uma hipotética e maravilhosa situação: o poder popular (ou se se quer, o “antipoder”) estendido e consolidado. Essa situação, essa correlação de forças ou esta condição de luta de classes, não se expressaria necessariamente no Estado? Não continua sendo necessária a tomada do poder estatal com o risco de que as forças populares “percam a oportunidade”?

Quantas vezes importantes mobilizações de massa serviram para questionar o poder e derrubar verdugos e regimes insuportáveis, mas não puderam evitar que outros verdugos, mais ou menos camuflados, tivessem acesso a ele? Nesse sentido, não podemos deixar de nos remeter aos formidáveis sucessos de 19 e 20 de dezembro de 2001 em Buenos Aires, que terminaram com um acordo entre os partidos tradicionais (responsáveis pela crise) e com Eduardo A. Duhalde na presidência e com patente de salvador da pátria.

Esta referência não pretende negar a relevância histórica destes sucessos, mas, ao contrário, só estamos criticando as leituras que ao reificarem o “devir” terminam negando o “porvir” e rendendo culto ao imprescindível. A preocupação pelo porvir não implica reconhecer a necessidade de causas externas que designam sentido de forma arbitrária. Trata-se de compreender

¹ Remetemo-nos a distintos trabalhos desse autor, em especial a uma versão preliminar de sua obra *Cómo cambiar el mundo sin tomar el poder*, que circulou na internet, no início de 2002, e a uma entrevista realizada por Mabel Thwaites Rey, do jornal *Clarín* (10/02/2002).

o significado do dever e das aspirações e o desejo dos protagonistas e com isso deduzir um porvir possível.

Hoje a classe dominante tenta reconstruir o consenso através de alternativas subordinadas baseadas na “refundação da democracia” ou na “aliança da produção e do trabalho”, enquanto muitos companheiros em nome de uma cruzada contra a razão instrumental moderna se opõem ao processo de constituição dos setores populares como força política. O profundo desejo de que os ensaios de rebelião social possam se converter em ensaios de construção de blocos populares e projetos contra-hegemônicos nos converte em jacobinos incorrigíveis?

John Holloway, por exemplo, recorreu em reiteradas ocasiões a um exemplo não muito feliz: lembra que o EZLN não faz mais que se inspirar em Emiliano Zapata quando se afasta da possibilidade de tomar o poder estatal. Holloway parece não ter em conta que a atitude do líder campesino, paradoxalmente num momento de grande avanço das forças que expressava, gerou um vazio político imediatamente ocupado pela burguesia mexicana que levou, pela via da institucionalização da revolução, a quase oitenta anos de PRI². Aqui cabe uma digressão: percebemos uma contradição, indefensável no fundo, de algumas preocupações de Holloway, preocupações assumidas de forma acrítica por muitos companheiros. Por exemplo, reivindica-se a teoria e a prática do zapatismo como uma via original para repensar as perspectivas da esquerda e do campo popular em seu conjunto com argumentos e formulações que, em caso de se desdobrarem sob os auspícios da coerência, levariam indefectivelmente a ver o programa do zapatismo como estatista e a sua luta como uma exigência por reformar a democracia burguesa mexicana. Desta perspectiva, o “mandar obedecendo” do subcomandante Marcos deveria ser reprovado por suas tendências estatistas e autoritárias e o projeto zapatista pelo reformismo radical do Estado e pelo seu caráter nacional e patriótico.

Algo similar ocorre com o Movimento dos Sem-Terra do Brasil, outra experiência que se costuma tomar como modelo ou referência do que precisamente “não é”. Como sabemos, para o MST suas três “colunas” são: moral produtiva, disciplina democrática e direção, estes últimos aspectos, muitas vezes, costumam passar despercebidos.

Em relação à experiência do MST cabe uma reflexão: construir uma nova sociedade nos marcos da velha, antecipar o socialismo nas formas concretas são os pilares mais efetivos à emancipação. Isto, para nós, tem um caráter de certeza. Mas... quanto tempo podem durar rupturas como estas (podemos

² Neste, como em outros casos, a história nos ensina que um processo de mudança coloca em funcionamento automaticamente uma imensa rede contra-revolucionária. A revolução necessita da energia de uma forte associação.

incluir a parte o Movimento de Trabalhadores Desempregados da Argentina) nos marcos de uma sociedade nacional capitalista? Quais são os limites de crescimento acumulativo e de avanço nas bases de uma territorialização organizada?

Sem dúvida, é muito mais coerente reconhecer no zapatismo – tal como faz Raúl J. Cerdeiras – uma proposta política distante do Estado que busca articular a “particularidade de uma situação” com a “universalidade formal do Estado” e o propósito em reformular a relação entre a sociedade, a política e o Estado. Para Cerdeiras,

“se há um momento em que uma política de emancipação, distante do Estado, deve tratar com as políticas de Estado, com as políticas gestionárias, é a partir da criação de um espaço novo que não exista de antemão. À falta de outro nome, chamo esse lugar de ‘espaço de exigência’...” (Cerdeiras, 2001: 50,51e 3).

Acreditamos que devemos ser muito cuidadosos no momento de determinar quais são os meios orgânicos supostamente contrapostos ou funcionais para a construção de uma sociedade igualitária. Por exemplo, existe uma tendência em associar mecanicamente a horizontalidade e as formas de democracia direta com a desinstitucionalização, quando na realidade, a experiência demonstra que as primeiras não necessariamente conduzem à segunda. Devemos nos precaver da arbitrariedade, tentação grande diante da indignação política. Sobre tudo nestes tempos de transição e grande heterogeneidade das forças anti-sistêmicas, onde o velho convive com o novo.

Percebemos ademais que, em determinadas ocasiões, a esquerda, como o liberalismo tradicional, parte da cisão – falsa – entre Estado e sociedade civil e analisa os processos de cada esfera separadamente, como se estes não tivessem nenhum tipo de interinfluência e condicionamentos mútuos. Outra atitude, também discutível, consiste em confundir as esferas, como se fossem exatamente iguais ou formas de encarnação do capital apenas diferenciadas.

Nós, sem ser demasiado originais, preferimos ver o Estado como momento de uma totalidade social que não se pode cindir das relações sociais, das formas de acumulação, das modalidades da ideologia hegemônica e das formas de dominação: definitivamente, como uma relação social e, portanto, como uma “relação de forças”, como contradição e luta que atravessa tantos as instituições como a sociedade.

A esquerda e a crítica ao “eixo estatal”

Alguns aspectos de certas críticas da esquerda ao eixo estatal nos apresentam uma visão renovada do anarco-sindicalismo ou do sindicalismo revolucionário de fins do século XIX e começo do XX. Queremos dizer com isto que notamos que nos últimos anos surgiu uma camada de militantes que, se assumindo ou não como anarquistas, procuram desenvolver práticas “puras”, “não políticas”. Assim mesmo, percebemos uma reatualização das críticas abstratas da política, da negação “ideológica” do Estado e do princípio da não institucionalização das práticas que faz com que estas fiquem sem referência e sem espaço identificável e também que (nos termos propostos por Göran Therborn) muitas vezes se considera o inimigo como um corpo estranho mais que como o ocupante de uma posição de domínio no marco de um sistema determinado, que se considera a revolução como a eliminação de agentes estranhos e corruptores de uma ordem primitiva imaculada mais que como transformação de uma sociedade sulcada por contradições e “imperfeições”³. Estamos de acordo que “o poder da classe trabalhadora reside não em suas instituições representativas senão no antagonismo e autonomia dos próprios trabalhadores” (Negri & Hardt, 2001: 268), mas esta constatação não deveria nos levar a negar a importância destas instituições.

Por outro lado, as críticas às quais fazemos referência parecem não ter em conta as implicações do conceito de hegemonia já que partem das premissas que estabelecem a possibilidade da “atividade livre” das massas e consideram que a resistência à hegemonia da classe dominante pode ser “espontânea”. No mesmo sentido, estas críticas não reconhecem como problema a incoerência política das classes subalternas (e a coerência relativa da classe dominante) e tampouco os mecanismos de dominação ideológica como a adaptação, a inevitabilidade, a deferência, a resignação e o medo (Therborn, 1989). Todavia, nossa idéia não deveria ser entendida como o reclamo de um “agente externo” que impõe a “consciência revolucionária”. Ao contrário, consideramos que a atividade autônoma do povo é o que faz possível essa consciência e favorece à constituição de força contra-hegemônica.

Mas esta atividade autônoma, embora contra-hegemônica, não logrará transcender sua posição integrada na totalidade da sociedade capitalista (onde as instituições estão feitas para perpetuar a hegemonia da classe dominante) senão aposta em construir identidades massivas, ferramentas de articulação e estratégias de poder. Claro que no marco deste processo de construção terá que se expor a fusões orgânicas que incluirão teorias e práticas “externas”. São as próprias organizações populares que estão apontando este problema e as que percebem que nem tudo o que necessitam para mudar a sociedade

³ Nesta linha se desenvolveram idéias tendentes a conceber a política como o desenvolvimento distorcido da capacidade associativa dos seres humanos.

surge automaticamente da auto-atividade das massas, e nem necessariamente dos revolucionários disponíveis.

Mas ainda deixando de lado a discussão em torno do conceito de hegemonia⁴ e as explicações sobre as articulações da base e a superestrutura e como uma classe economicamente dominante se transforma em dirigente, o que nos parece mais grave é a estratégia do sistema que consiste em dividir e fragmentar os grupos sociais que explora.

Em outro nível, percebemos que muitas críticas ao jacobinismo-leninismo e a toda noção próxima da idéia de uma “aristocracia radical” e à insistência em que a ênfase deve estar posta no “como” da política, deixando de lado as metas e objetivos, estão reatualizando as idéias de Eduard Bernstein, expressão da versão reformista do estatismo, que há cem anos difamava a conquista do poder político e renegava o objetivo final (ou os objetivos determinados), deificando o “movimento”. Curiosamente, enquanto se reatualiza este debate, a maioria dos novos movimentos e organizações populares não coloca a questão dos meios e fins, ou do movimento e o objetivo. Ao contrário, se caracteriza por romper, na prática, com a cisão meios-fins ou movimento-objetivo. Por outro lado, a idéia de que o fim não é nada e o desenvolvimento é tudo, é um dos pilares sobre os quais repousa a sociedade do espetáculo e da representação (Debord, 1995: 14).

Mas voltando a uma questão anterior e seguindo na linha de Therborn (1989), não é inapropriado, do ponto de vista teórico e político, ampliar o conceito de Estado até fazê-lo compreender tudo, absolutamente tudo o que esteja relacionado com a reprodução de uma ordem social?

Não pareceria que Holloway e outros, num sentido contrário ao reducionismo economicista (mas igualmente reducionista), diluem as leis do movimento do capital na política e no Estado? O Estado é uma espécie de receptáculo exclusivo do poder ou é a instância que encarna um poder social (de classe) determinado? Possivelmente isto que vamos dizer é um exagero, mas não podemos ignorar que pelo menos uma forma de assumir a teoria da derivação⁵ conduz irremediavelmente ao imobilismo, a certa incapacidade para a práxis concreta.

Particularização ou universalização?

⁴ Neste sentido são interessantes (e discutíveis) as formulações do sociólogo brasileiro Octávio Ianni em torno da questão da hegemonia. Segundo o autor, ao se transformar as condições da soberania dos Estados-nacionais variam as condições de construção da hegemonia. Ou seja, a hegemonia mudou de forma (Ianni, 1999: 126).

⁵ A teoria da derivação recusa a idéia da “autonomia relativa” do Estado, ao vê-lo como “derivação lógica” do processo de acumulação capitalista e da luta de classes.

A respeito dos “sedutores discursos ultra-radicais” aos quais fazíamos referência, acreditamos que seu principal déficit – insistimos: reconhecendo que no marco de uma série de propostas das mais lúcidas e originais – consiste em considerar o “micro-poder”, o “poder local”, o “antipoder”, ou a situação concreta com potencial revolucionário como um fim, perdendo de vista a totalidade, o horizonte da conexão dialética, diluindo o processo de emancipação em atos individuais, conquistas isoladas e prazeres solitários. Isto pode sugerir com toda desenvoltura uma inquietude especificamente intelectual que pretende se manter incontaminada da materialidade e da temporalidade do médio prazo, mas deixa politicamente desarmadas as organizações populares. Acreditamos que neste aspecto parte da esquerda não encontra os caminhos para superar a crise da política como instância totalizadora e a concebe como um “puro empirismo”⁶. De qualquer maneira, na Argentina, uma boa parcela da esquerda tem uma longa tradição de pretender a conquista de situações minoritárias.

Consideramos que, para se tornar política, uma particularidade precisa se converter em locus de efeitos universalizadores, necessita se articular no interior de um sistema de demandas, senão corre o risco de se circunscrever ao nível local, numa vida curta, em situações específicas e contingentes, ser o cerne de soluções administrativas. O mesmo sistema aceita (ou pelo menos tolera) experiências do “governo em pequena escala”. O que representa um anátema é a experiência que tenta se constituir em uma instância ou “momento” de mudança mais ampla.

Muitas das propostas apresentadas como elixires mágicos evitam todo tipo de idéia em torno dos horizontes estratégicos e só oferecem as linhas gerais para a constituição de grupos de pressão. Podemos chegar a obter milhares de vitórias circunstanciadas às quais, sem dúvida, corresponderão derrotas em grande escala. A particularização nos parece uma forma de despolitização, em um momento no qual necessitamos de metas coletivas. Ou seja, a aposta para a constituição de micro-sujeitos num momento em que se requerem projetos para além do imediato. Além disso, notamos que a particularização é a estratégia de alguns grupos ultra-sectários, “antiapostólicos” e doutrinariamente intransigentes, indiferentes em ganhar a opinião pública e que até parecem gostar de horrorizá-la com suas ações e suas declarações.

Outra das limitações políticas e até epistemológicas dos discursos aos quais nos referimos é que, em geral, terminam em elaborações carentes de definição uma vez que reivindicam a incerteza. A normatividade se dilui. Os questionamentos à concepção estatista e burocrática da revolução levaram, em alguns casos, à exaltação dos processos incompletos, sem fins claros. Isto

⁶ Paradoxalmente este “empirismo” convive no seio da esquerda com o elitismo do formalismo teórico e os jargões eruditos.

é, partindo de uma crítica aos “desvios objetivistas”, cai-se em algo similar.

Não há revoluções impulsionadas por uma consciência de classe prévia ou por reivindicações com significado social estritamente revolucionário. Um regime pode cair e ser substituído por outro melhor através da pressão das ações sociais específicas (que podem ser parciais, reivindicativas, “reformistas”), que num contexto particular pode ter implicações revolucionárias, mas para que isto seja factível, para que exista esse contexto, é imprescindível a unidade das forças populares, de suas organizações e uma vontade de universalizar as lutas “locais”.

Enfim, trata-se de implementar um novo conceito da política diferente, direto e prático, de articular a libertação política com a social, regressando a política ao âmbito social (uma política da “imanência”), partindo de experiências e condições de vida concretas, vivendo no presente os valores da sociedade projetada, apontando as barreiras particularistas. Qualquer mudança de magnitude requer um sujeito social forte, experimentado, com amplos recursos de mobilização, com apoios diversos, inclusive com mediações, embora se corra o risco das mediações marginais. Deve estar à altura das ilusões que inspiram as práticas populares e não devem caminhar em direção ao futuro com os olhos vendados.

A necessidade de “instrumentos políticos extraordinários”

Não somos fatalistas. Não acreditamos que todo poder político necessariamente termine gerando opressão e derive em fonte de privilégios. Inclusive alguns têm sugerido, com total irresponsabilidade, que o exercício da opressão é o destino inevitável de toda organização, como se a emancipação não necessitasse de organizá-la. Consideramos que é tão absurdo conceber a ação das massas desorganizadas como a das vanguardas separadas. Vale aclarar que concebemos a “vanguarda” em termos sociais, como um setor do movimento de massas que com suas lutas cria possibilidades para um conjunto mais amplo.

Diante da crescente heterogeneidade das classes subalternas, ante a necessidade de conciliar interesses de classe com interesses de grupo, ante a descontinuidade das ações de massa, torna-se imprescindível uma organização, claro que totalmente diferente das que conhecemos: que abandone definitivamente os enfoques coercitivos e o instinto policial; que não opere acima da existência cotidiana do povo e de suas organizações; que sustente a confiança social, a participação e a coordenação organizativa; que faça dos objetivos emancipatórios forma emancipatória real e concreta; que sirva para realizar as metas das organizações do povo e que não pretenda substituí-lo; que “aporte” uma causa e que não crie a encarnação dessa causa;

que rompa a relação meios-fins; que antecipe o futuro desejado nas formas; que se assuma como momento, não como exteriorização fixa e especializada no exercício do poder; que unifique – sem dominar – os discursos e práticas emancipadoras; que não reduza o “logos” a uma organização, e que, ocasionalmente e secundariamente, sirva para a conquista do poder estatal. Não podemos deixar de destacar que na Segunda Declaração da Selva Lacandona de 1994, os mesmos zapatistas falam de partidos políticos de “novo tipo”.

O partido de esquerda tradicional (como os grupos “antipartidos” que atuam como partidos) se caracteriza por esboçar objetivos que se devem alcançar com os passos dados pelo próprio partido. Procura impor seus próprios ritmos, os ritmos da organização, os ritmos do aparelho, deixando de lado o trabalho tendente a gerar ou sustentar os fatos capazes de modificar a realidade. Caracteriza-se também por sua concepção instrumentalista da luta de classes e sua negação como parte fundamental do processo autoemancipatório. Sobre isso acreditamos que não temos muito o que discutir. A atitude recente de uma parte da esquerda argentina em relação ao fenômeno das assembléias e do movimento piqueteiro é lamentável. Buscam a cooptação, manipulação, imposição. Ao invés de apostar no movimento social real massivo, apostam no “controle” de uma parte e na criação de núcleos desenraizados. Ao se autogerirem nos eixos da unidade, reproduzem a fragmentação. O povo só conta com o sectário como apoio para seus fins (Freire, 1986: 43). Outra vez “o peixe na água”, outra vez o vanguardismo dos que consideram as massas como a piscina onde vão realizar suas habilidades nadadoras. Quando vamos pensar em maremotos? A experiência histórica é contundente: os instrumentos elitistas sempre conduziram a entronização das elites. Um projeto que toma como eixos principais a justiça e a igualdade nunca pode se fundar através da prática de uma organização centralizada, verticalista e hierárquica. A aposta principal passa por construir uma ferramenta de mudança, evitando que ela se converta no objetivo da luta, uma ferramenta (a consideramos absolutamente necessária) que aporte a geração de fatos capazes de modificar a realidade.

Pelo menos como exercício de abstração, não se pode pensar em outra forma de poder político? Não é factível um poder socializado, horizontal, democrático, que conviva com um mínimo de centralização conjuntural e efêmera, um poder assentado em organizações populares ativas e sólidas? As forças populares consolidadas a partir do exercício do que Holloway chama “poder-de”, não deverão exercê-lo em algum momento o “movimento” de “poder-sobre”, com o objetivo de “se distanciar” dos setores dominantes? A “conquista do poder”, sem considerá-lo como pivô, não deveria “complementar”, “consolidar” etc., o processo autoemancipatório que implica a luta de classes? Mais que as formas de “antipoder”, as forças

populares não devem reivindicar o exercício de um poder entendido como capacidade de impor um sentido, de resignar e re-simbolizar as redes significativas que compõem o mundo humano? A causa da desumanização e a “coisificação” dos dominados não é precisamente a falta de poder? Os sucedâneos propostos para as clássicas propostas de “poder popular” e para as que sugerem “o papel social dirigente dos trabalhadores” não nos parecem convincentes.

A alternativa nacional

Assim como se destacou o papel do Estado na globalização neoliberal, insistimos na possibilidade de um papel do Estado em sentido contrário (do neoliberalismo). Muitos acreditam que a luta contra um inimigo global só pode ser global: “a alternativa ao império do capital e suas instituições só se encontrará num nível igualmente global, através de um movimento democrático global” (Hardt, 2002: 3). Nós pensamos que o local desempenha um papel fundamental na luta contra as tendências da globalização neoliberal. Acreditamos, além disso, que o local poderia ter perfeitamente, e até diríamos que, em certa instância, necessariamente, a dimensão do Estado-nação. Claro que esta afirmação não deve ser confundida com a negação de uma totalidade mais ampla e condicionante.

Por outra parte, parece-nos incorreto considerar como contraditórias as formas nacionais (ou de soberania) e não nacionais (ou de globalização alternativa) de responder às forças dominantes da globalização. Sobre tudo porque os questionamentos à ordem hierárquica e assimétrica da globalização realizada pelos que assumem a defesa das formas nacionais não se opõem às idéias de globalização “democrática e igualitária” ou “humanista e solidária”. A forma nacional reconhece que um dos traços salientes da globalização neoliberal foi a acentuação das diferenças entre os países ricos e pobres e a acentuação das diferenças no marco dos próprios países periféricos, e a partir deste diagnóstico fundamentou estratégias que assinalam um rol preponderante do Estado nacional. Consideramos que não tem demasiado sentido opor, embora se podem comparar, as distintas formas de luta contra a forma de globalização impulsionada pelo capital financeiro e os organismos transnacionais.

O certo é que parece improvável que tanto o capital global como as forças populares possam prescindir do Estado-nação. O Estado assegura a transferência do excedente, determina quem ganha e quem perde e modifica os marcos institucionais. A dominação continua se organizando sobre a base dos Estados nacionais e, por isso, estes continuam sendo um espaço de disputa de projetos e de significados. Num sentido similar, a Nação pode ser (na realidade pode voltar a ser) um espaço projetado da emancipação, o locus

de uma dialética da emancipação⁷. E embora a Nação seja cada vez menor para a incomensurável dialética emancipadora, não é um ponto de partida ou uma instância central à permanência de certos elementos homogêneos, históricos? Nos setores populares, diferente do que acontece nos setores dominantes, não se pode dissociar o interesse pessoal do destino nacional, etc.? Não é perfeitamente lícito considerar os cenários nacionais como uma sede local de luta? Além disso, não estão reeditando as formas do velho internacionalismo abstrato sob um novo antiglobalismo abstrato?

Reconhecemos a existência de fortes restrições no sistema interestatal, e os fortes condicionamentos que está submetida qualquer estrutura estatal específica, inclusive a mais revolucionária. Agora, reivindicar outras estruturas não estatais ou uma suposta rede “transestatal” revolucionária não constitui uma alternativa, pelo menos no curto prazo. Quais são os instrumentos para resistir às pressões externas? Se temos dificuldades para articular lutas nos bairros, o mundo como horizonte de nossos afãs articulatórios nos parece ainda mais longínquo. Se os Estados não podem moderar os processos da economia mundial, a voracidade do capital, menos pode fazer uma pequena comunidade. Se sustentamos que é impossível o “desenvolvimento nacional”, por que supor que a economia informal dos bairros pode ser uma alternativa?

Por outro lado, notamos que até agora as mais sólidas e estendidas alternativas ao sistema interestatal e ao significado tradicional dos estados não são precisamente um avanço: organismos financeiros transnacionais, atividades “ilegais”, fundamentalismos, etc. As alternativas não nacionais se caracterizam por sua debilidade. A alternativa global aparece como difusa. Neste sentido devemos ter presente que a crise histórica (acreditamos que terminal) das formas tradicionais que assumiram os movimentos de libertação nacional, os movimentos populistas e dos socialismos “reais”, geraram um vazio ocupado pelas forças reacionárias.

Tudo parece indicar que no interior e à frente do sistema interestatal os organismos locais têm menos possibilidades que as estruturas estatais específicas. De que lugar diferente do Estado podemos alterar a ordem assimétrica do sistema interestatal? Em alguns momentos parece que nossa incerteza nos leva a acreditar excessivamente nas perspectivas de luta contra um poder transterritorial dos organismos locais.

A médio prazo, não vemos alternativas históricas ao poder estatal. As organizações populares autônomas podem se apresentar, nos termos de Arrighi, Hopkins & Wallerstein (1999), como “alternativas intermediárias que não parecem sugerir alternativas a longo prazo ao poder estatal”, ou seja, são

⁷ Inclusive Negri & Hardt (2001: 133) reconhecem que a função do conceito de nação se inverte quando é aplicado entre grupos dominados no lugar dos grupos dominantes.

âmbitos que se desenvolvem no marco das jurisdições formais dos estados “e se convertem em terrenos móveis para os movimentos anti-sistêmicos...” (Arrighi, Hopikins & Wallerstein, 1999: 112).

Estamos num mundo no qual só resta a confrontação aberta entre as forças do capital e as forças anticapitalistas em escala global? Quais possibilidades têm as forças anticapitalistas, fragmentadas, desarticuladas, frente ao capital cada vez mais centralizado, homogêneo e implacável? Não existe um espaço que nos brinda a possibilidade de opor projetos estatais alternativos, de disputar o sentido da identidade da nação e de seu projeto histórico? Além disso, não se mantêm os mecanismos imperialistas de exportação à periferia (a partir dos Estados centrais) da luta de classes e da guerra civil “a fim de preservar a ordem e a soberania em casa”?

Até que ponto as posições do antipoder e de certo antiestatismo estão irremediavelmente tingidas pela derrota, pela falta de ousadia para pensar para além dos “teoremas da resistência”? Algumas versões do antiestatismo muitas vezes partem do reconhecimento da impossibilidade de alterar a assimetria do sistema antiestatal. Sem perspectivas e projetos globais superadores do capitalismo, as propostas, por mais radicais e inovadoras que pareçam, nos condenam à convivência promíscua com o sistema dominante. Isso é o que nos falta: uma perspectiva de transformação social ampla.

Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence K. & WALLERSTEIN, Immanuel. (1999). *Movimientos antisistêmicos*. Madrid: Akal Cuestiones de Antagonismo.
- BENSAÏD, Daniel. (2001). “Teoremas de la resistencia a los tiempos que corren”. In: *Revista Cuadernos del Sur*, 31. Buenos Aires, novembro.
- BOGGS, Carl. (1985). *El marxismo de Gramsci*. Puebla: La red de Jonas-Premia Editora.
- COLETIVO SITUACIONES, 19 y 20. (2002). *Apuntes para el nuevo protagonismo social*. Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano.
- DEBORD, Guy. (1995). *La sociedad del espectáculo*. Buenos Aires: Biblioteca de la mirada.
- FREIRE, Paulo. (1986). *La educación como práctica de la libertad*. México: Siglo XXI.
- IANNI, Octávio. (1999). *La era del globalismo*. México: Siglo XXI.
- NEGRI, Tony & HARDT, Michael. (2001). *Império*. Colombia: Ediciones

Desde Abajo.

THERBORN, Göran. (1989). La ideología del poder y el poder de la ideología. México: Siglo XXI.